

# LITERATURAS PÓS-COLONIAIS E LITERATURAS DE FLUXOS MIGRATÓRIOS: DIFERENÇAS, CONFLUÊNCIAS, CONTINUAÇÕES

Dionei MATHIAS\*

- **RESUMO:** As literaturas pós-coloniais e as literaturas de fluxos migratórios têm em comum um posicionamento às margens das produções hegemônicas, tanto no âmbito da literatura como no da crítica literária. Embora suas afiliações e seus projetos discursivos sejam diferentes, compartilham questionamentos, inquietações e o esforço por inovação das narrativas que configuram a realidade social em que circulam. Nesse sentido, este artigo procura refletir sobre diferenças, confluências e continuações na construção das narrativas de representação desses dois contextos literários, com foco em dinâmicas sociais em torno (1) de nação e poder, (2) de identidade e intersecções e (3) de língua e percepção. Para isso, discute contribuições de teóricos do pensamento pós-colonial e decolonial.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Literaturas pós-coloniais. Literaturas de fluxos migratórios. Confluências.

## Introdução

Literaturas pós-coloniais são aquelas produzidas em países ou espaços geográfico-culturais que foram alvo de políticas coloniais e que refletem, direta ou indiretamente, sobre essa experiência cultural, tentando discutir suas implicações para o espaço nacional ou cultural, no plano da macroestrutura de seu contexto social, e buscando problematizar os impactos para o indivíduo, no plano das microestruturas de identidade e de dinâmicas de pertencimento (NEVES, 2009). Ao surgimento de um *corpus* literário que reflete a condição pós-colonial, precede, portanto, um movimento, na realidade extraficcional, de apropriação de espaços, mercados e bens por agentes externos, pertencentes a outros espaços socioculturais, acompanhado de um esforço de instalação de visão de mundo, de conceitos de

---

\* UFSM – Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – RS – Brasil. 97105-900 – dioneimathias@gmail.com

verdade e beleza ou também de hábitos de consumo, com a finalidade de assegurar a manutenção de poder e influência.

A literatura de fluxos migratórios também representa um movimento de ficcionalização de experiências extraficcionais, formando um *corpus* cujo interesse reside na experiência de imigração. Nesse caso, trata-se de experiências macro e microestruturais de atores sociais que se deslocam do contexto cultural da primeira socialização em direção a outra cultura, buscando nela espaços de assentamento. Esse deslocamento pode ter seu ponto de partida numa ex-colônia em direção ao centro imperial, mas também pode ocorrer a partir de um espaço cultural, sem qualquer vínculo com a história do colonialismo, em direção a um país sem passado colonial. Também nesse contexto há um movimento de obtenção de diferentes capitais e de transformação das visões de mundo, com suas lógicas de administração de identidade e pertencimento.

Em ambos os casos, há deslocamentos geográficos empreendidos por atores sociais. Estes são socializados nas lógicas culturais de uma determinada comunidade e passam a participar de um outro conjunto de regras e normas culturais, desencadeando transformações nas narrativas de representação. A diferença central está no escopo de agência, especialmente no que concerne às possibilidades de participação ativa na condução dessa narrativa de representação, em suas diferentes modalidades macro e microsociais. Uma questão central, portanto, reside no posicionamento desses atores sociais no mapa do poder e como essa cartografia é encenada no agrupamento de textos que compõe esses *corpora*.

Esse agrupamento dificilmente pode ser empreendido a partir de critérios temporais ou mesmo nacionais. O elemento temporal se revela problemático por conta da impossibilidade de traçar linhas claras de demarcação no esforço de periodização. A questão pós-colonial não se limita à obtenção da independência nacional. No mundo globalizado, há novas formas de manutenção dos princípios do colonialismo. O mesmo vale para a literatura de fluxos migratórios, que se encontra em constante transformação e inovação, diante da continuidade de fluxos migratórios que caracteriza a contemporaneidade. O elemento nacional, por sua vez, se mostra problemático, uma vez que os dois fenômenos são transnacionais, envolvendo sempre pelo menos dois contextos culturais diversos, o que impede uma alocação peremptória a uma tradição nacional única. Um interesse comum na formação do *corpus* da literatura pós-colonial e da literatura de fluxos migratórios reside no treinamento do olhar para determinadas questões, aguçando a percepção para um conjunto de configurações existenciais que transcendem os moldes tradicionais de agrupamento.

A partir dessas confluências e continuações, este artigo deseja refletir sobre alguns elementos que norteiam as narrativas de representação desses dois campos de estudo, tentando identificar de que modo questões centrais da teoria pós-colonial permitem criar uma convergência de interesses com a literatura de fluxos migra-

tórios. Esta definitivamente deve seu início discursivo aos impulsos oriundos da teorização pós-colonial, avançando ao longo de décadas para outros questionamentos, mas sem deixar de ser devedora do esforço cognitivo oriundo, em grande parte, do pensamento pós-colonial. Nesse sentido, este artigo procura refletir sobre diferenças, confluências e continuidades na construção das narrativas de representação desses dois contextos literários, com foco em dinâmicas sociais em torno (1) de nação e poder, (2) de identidade e intersecções e (3) de língua e percepção.

### **A esfera macrossocial: nação e poder**

Em grande medida, o ponto de partida para o surgimento desses dois campos literários reside na narrativa nacional como marco da tensão representacional. Em seu estudo, Benedict Anderson (2008) treina o nosso olhar para como a “nação” é, antes de mais nada, produto de um esforço de imaginação, em que atores sociais tecem uma narrativa cujo objetivo reside em mobilizar os afetos e as energias de uma comunidade. Para isso, a narrativa nacional serve como instrumento para a produção de identificação. É a partir dessa identificação com a narrativa nacional que uma comunidade pode ser motivada a direcionar seu investimento cognitivo e físico em direção a esse espaço imaginado. Para evitar a dispersão, homogeneidade na construção da imagem e autoridade da genealogia são imprescindíveis. Em outras palavras, o caráter artificial dessa construção deve ser velado, como identifica Miranda (1995, p. 32), ao problematizar a historiografia literária:

Nenhuma brecha, nenhuma rachadura na construção monolítica que deixe ver o vazio enquanto lugar das projeções imaginárias do nacionalismo patológico da moderna história do desenvolvimento ocidental. A demanda de uma totalidade sem fissuras que tal atitude busca responder ou alimentar é, como se sabe, herdeira da visão iluminista que a revolução burguesa não mediu esforços para ver afirmada no decorrer do século XIX. E resiste, ainda hoje, em certos setores que se autodefinem, no que pese o paradoxo, de progressistas.

A construção de uma imagem nacional sólida tende a empreender um esforço no sentido de elidir a divergência, a diferença, a dissonância. Essa estratégia foi central para a estabilização de poder em muitos estados europeus ao longo de vários séculos e foi um produto de exportação para muitos espaços que aspiravam à independência (MIRANDA, 1995, p. 34). Dentre os detentores de poder, há, portanto, um interesse em manter a homogeneidade nacional ou criar uma narrativa de nação onde essa homogeneidade ainda não existe. Intrínseco a esse esforço de estabilização, encontra-se um trabalho de vigilância e disciplinamento das instâncias que fragilizam a ideia de uma essência nacional, incluindo aí a construção de binarismos (HALL, 1993) e a administração discursiva do outro, fornecendo

narrativas de representação que constroem imagens daqueles que não participam do próprio grupo (SAID, 1978). Essas instâncias, em grande parte, encontram-se nas margens. Em sua apresentação, Leila Lehnen (2015, p. 13) escreve:

Assim como o mapa material, o mapa simbólico de uma nação, composto por diferentes tipos de narrativas escritas e orais, tem seus territórios centrais e suas zonas periféricas, espaços marginais, que contêm discursos ex-cêntricos, narrativas que sobrevivem “fora do lugar”, aquém ou além dos discursos nacionais hegemônicos. Estas zonas periféricas existem em um constante, ainda que por vezes tenso, diálogo com os territórios centrais da cartografia simbólica de uma nação – o que também pode gerar uma espécie de fluidez entre os dois espaços.

São essas narrativas “fora do lugar” que ameaçam a consistência da imagem nacional hegemônica. Enquanto os grupos periféricos aceitam a versão centralizadora e homogeneizante da realidade, prevalece a narrativa dominante. A tomada de consciência da condição marginalizada e sua organização discursiva no sentido de enfeixamento de forças e interesses produzem um questionamento mais incisivo da versão hegemônica, produzindo tensões e rupturas. Nesses movimentos, esses agrupamentos chamam a atenção para a artificialidade da narrativa nacional, suscitando uma série de revisões cuja negociação ou é integrada numa nova versão ou é silenciada, geralmente em forma de sanções das mais diversas modalidades.

Essas revisões começam pelo princípio de agência e de participação. Com a consciência de um lugar de fala, surge um movimento de reflexão sobre o alcance que as visões de mundo defendidas por grupos periféricos têm no macrocosmo da nação. Isto é, empreende-se um esforço para identificar de que modos os interesses, as necessidades e as inquietações encontram eco nas discussões que norteiam a tomada de decisão no espaço de vida em que transitam. Arelado a esse movimento, surge o questionamento sobre formas de participar ativamente nesses processos, a fim de impactar nas políticas e nas visões de mundo que norteiam a concretização existencial (BONNICI, 1998).

Para isso, um conhecimento se revela imprescindível: a administração competente de narrativas. Ao tomar conhecimento das diferentes dinâmicas que subjazem aos processos inerentes à construção discursiva e sua posterior encenação para validação de seus valores, esse novo agrupamento social dá início a um processo de obtenção e solidificação de uma voz própria. A autonomia discursiva, portanto, requer um conhecimento que enseje o domínio das ferramentas que constroem as narrativas de realidade, mas também um conhecimento das diferentes versões de realidade que contêm projetos de manutenção e instalação de poder. Ao compreender as motivações que impelem as narrativas dominantes, é possível identificar

seu funcionamento e, conseqüentemente, também sua fragilização. Em seu texto canônico, contudo, Spivak (1988) sensibiliza para as dificuldades ou mesmo impossibilidades que acompanham esse processo de obtenção de voz, especialmente para aqueles que se encontram à margem da margem.

Por mais que o mundo seja globalizado e as batalhas de poder sejam travadas no plano transnacional, a nação ainda tem lugar importante para a concretização existencial. É no espaço da nação que voz e agência se estabelecem, onde direitos e chances de participação são concedidos. A nação também continua tendo um lugar de destaque nesses dois vetores da produção literária. Tanto a literatura pós-colonial como a literatura de fluxos migratórios precisam se posicionar no discurso formado em torno do pilar da nação. Esse posicionamento pode ser de manutenção, mas também de revisão e questionamento, de construção de um discurso próprio (literaturas pós-coloniais) ou de demandas de participação de uma tradição nacional (literaturas de fluxos migratórios).

No caso da literatura pós-colonial, o esforço reside em pensar implícita ou explicitamente num projeto que constitua essa narrativa. Diante da experiência de violência colonialista, a primeira estratégia no pós-independência – entendendo pós-colonialismo aqui em seu caráter cronológico – implica em redefinir um horizonte de identidade nacional que pode voltar seu interesse (1) para sedimentos do passado, tentando reaver uma narrativa que precedia a presença colonial, quando foi violentamente interrompida pelas políticas imperialistas, assim tentando forjar a unicidade nacional com sua língua, cultura, tradição, (2) para uma espécie de compromisso cultural, num esforço de integrar as sequelas coloniais à visão de mundo local, (3) ou buscando compreender seu lugar no mundo globalizado, onde as políticas imperialistas mudaram de formato, mas continuam impactando nos mais distantes rincões do mundo. Os três vetores constituem modalidades de pensar e organizar a narrativa nacional, à qual uma determinada produção literária se afilia.

A literatura de fluxos migratórios, em grande medida, dá continuidade a esse conjunto de reflexões, mas com uma diferença central: o lugar de fala deixa de ser o espaço geográfico periférico (periférico na visão de mundo dos centros imperialistas e de hegemonia epistêmica) para se instalar no centro hegemônico, onde assume um lugar às margens. A partir desse novo lugar de fala, a produção literária se inscreve num novo projeto de nação, qual seja, a narrativa nacional do centro hegemônico. Com isso, a produção literária que origina dessa confluência não deixa de se identificar com o espaço de origem, no caso da primeira geração de imigrantes, ou da origem dos pais, no caso da segunda, mas o esforço narrativo se enfeixa no sentido de pensar um espaço em que esses novos atores sociais possam participar e obter a sensação de pertencimento. Com isso, ocorre uma alteração no foco de investimento cognitivo (e afetivo) em direção a um novo espaço, com sua narrativa nacional. Ao mesmo tempo, esse olhar também revela a “artificialidade

das fronteiras espaciais” (RAYNOR, 2015, p. 159), propondo outras modalidades de cartografar o mundo a partir da lógica do pertencimento.

### **A esfera microssocial: identidade e intersecções**

O colonialismo não trouxe consigo somente transformações profundas no modo de administrar recursos ou de apropriar-se deles no marco da violência física e discursiva. Em seu bojo, ocorreu também uma transformação substancial na oferta de narrativas individuais. A estabilização de um projeto de nação (no formato de monopólio de poder) ou de convívio social (no formato de organização compartilhada dos recursos disponíveis) contém a difusão de interpretações sobre o modo como cada indivíduo deve pensar e concretizar seu projeto identitário. Em parte, essas narrativas foram utilizadas para legitimar a presença de interesses imperiais, utilizando catequização e civilização como palavras-chave para instaurar uma visão de mundo e guiar a concretização de projetos identitários, em consonância com a visão de mundo hegemônica.

Durante a experiência colonial, narrativas de identidade são pensadas especialmente a partir dos binarismos. Em sua discussão sobre os aportes teóricos de Stuart Hall, Sérgio Costa (2006, p. 119) escreve: “A partir dessas fontes constituem-se as polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido, bom – e o resto – selvagem, atrasado, subdesenvolvido, ruim. Uma vez constituídos, tais binarismos tornam-se ferramentas para pensar e analisar a realidade”. Com isso, não se instala somente um maquinário administrativo que cartografa o espaço local a partir dos interesses imperiais; instala-se também um instrumentário de classificação e hierarquização do mundo que aloca os diferentes atores sociais numa escala, cujo topo se encontra no centro imperial. Essa instalação de visão de mundo também estabiliza os crivos de percepção de realidade, com suas categorias de classificação. Os binarismos facilitam esse processo de estabilização, pois se esquivam do esforço de diferenciação que os movimentos de apropriação de realidade exigem.

Desde o início das práticas colonialistas, a administração discursiva teve um papel central na difusão de crivos de percepção, permanecendo ativos após a fase pós-colonial propriamente dita e intensificando-se no mundo globalizado:

*Eso fue producto, al comienzo, de una sistemática represión no sólo de específicas creencias, ideas, imágenes, símbolos o conocimientos que no sirvieran para la dominación colonial global. La represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual o visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios patrones de*

*expresión de los dominantes, así como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática. (QUIJANO, 1992, p. 12)<sup>1</sup>*

As categorias de percepção legadas pela presença colonial contribuíram substancialmente para a instalação das visões hegemônicas dos vetores que formam o foco de interesse da interseccionalidade. Começando pela catequização para a estabilização de uma forma única da prática religiosa, portanto, silenciando gradualmente todas as outras formas de pensar as experiências diversas nessa área da experiência humana (cf. LUGONES, 2014, p. 937), ela também se revela nas concepções de classe, raça, gênero, sexualidade e assim por diante. Nesses diferentes nortes de concretização existencial, o legado colonial teve um impacto substancial nas práticas discursivas que preveem lugares e papéis sociais, estruturando as modalidades de participação no processo de construção de um espaço da vida. Em seus estudos sobre a confluência entre feminismo e colonialismo, María Lugones (2008, p. 79) argumenta:

*Con la expansión del colonialismo europeo, la clasificación fue impuesta sobre la población del planeta. Desde entonces, ha permeado todas y cada una de las áreas de la existencia social, constituyendo la forma más efectiva de la dominación social tanto material como intersubjetiva. Por lo tanto, «colonialidad» no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas.<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> “Esse foi o produto, no início, de uma repressão sistemática não apenas de crenças, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos específicos que não serviam para a dominação colonial global. A repressão recaiu, sobretudo, sobre as formas de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetificada, intelectual ou visual. Seguiu-se a imposição do uso de padrões de expressão próprios dos dominantes, bem como de suas crenças e imagens referentes ao sobrenatural, que serviram não só para impedir a produção cultural dos dominados, mas também como meio muito eficaz de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática.” (QUIJANO, 1992, p. 12, tradução nossa).

<sup>2</sup> “Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do planeta. Desde então, permeou todas e cada uma das áreas da existência social, constituindo a forma mais efetiva de dominação social material e intersubjetiva. Portanto, ‘colonialidade’ não se refere apenas à classificação racial. É um fenômeno abrangente, pois é um dos eixos do sistema de poder e, como tal, permeia todo o controle do acesso sexual, da autoridade coletiva, do trabalho, da subjetividade/

Em seu processo de socialização – e com isso de apropriação dos mecanismos de percepção de mundo –, o sujeito internaliza as narrativas recebidas pelas práticas culturais e as utiliza para sua concretização existencial. Isso vale especialmente para a construção da subjetividade e identidade, de modo que a percepção do si se vê guiada por valores de um outro sistema cultural, ou melhor, de um outro grupo, cujas ambições de poder motivam a produção dessas narrativas. Nesse sentido, Lugones argumenta que a noção de gênero, com sua distribuição de poder e chances de participação, representa um legado da prática colonialista, cujo interesse reside em instalar a visão de mundo patriarcal a fim de legitimar e estabilizar seu poder.

Já antes de Lugones, Giralda Seyferth identificava – nessa mesma confluência entre legado colonial, princípios de classificação e manutenção de poder – uma prática semelhante para a questão da raça. Assim, em sua análise sobre a invenção da raça e as políticas de branqueamento no Brasil, Seyferth (1994, p. 183) escreve: “ela serve de justificativa para o domínio político de uma elite branca; a raça transformada em instrumento explicativo da história, e a estratificação social imaginada como resultado de diferenças raciais”. Nos dois contextos – de raça e de gênero –, surgem narrativas que norteiam a concretização existencial, no marco de hierarquias produzidas por atores sociais interessados na manutenção de poder, definindo, com isso, o escopo de participação de cada ator social.

Para a literatura pós-colonial, a identificação desse legado cultural implantado pela presença colonial e alimentado pela oferta de narrativas identitárias no mundo globalizado tem um papel central. A problematização desse legado implica, antes de mais nada, obter clareza sobre o projeto de nação em andamento em cada espaço social. Com efeito, a revisão do passado passa por um processo de imaginação de futuro, no sentido de verificar como uma sociedade deseja pensar suas formas de interação e, sobretudo, as modalidades de participação dos diferentes atores sociais que a constituem. O projeto de construção de uma narrativa independente que busca “descolonizar a mente” (THIONG’O, 1986) passa por um esforço de pensar as diferentes intersecções que constituem a identidade pessoal e pelo modo como a agência é distribuída entre os integrantes dessa comunidade. Um problema central, nesse contexto, reside no fato de que, após o término da presença colonial, as narrativas já instaladas passaram a ser utilizadas por muitos atores sociais locais, a fim de garantir seu acesso a recursos e poder. Com isso, há uma frente dupla: por um lado, identificar os sedimentos culturais de um passado colonial; por outro, resistir às novas formas de imposição de narrativas identitárias, que não desapareceram.

Na literatura de fluxos migratórios, esse projeto de revisão de narrativas e obtenção de agência continua, mas com um deslocamento geográfico. Como na literatura pós-colonial, o foco nos vetores interseccionais se revela sumamente

---

intersubjetividade e da produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas.” (LUGONES, 2008, p. 79, tradução nossa).

importante, mas com a diferença central de que o espaço de concretização existencial sofreu um deslocamento e, com isso, também o princípio de afiliação. Imigrantes de primeira, segunda ou mesmo terceira geração precisam se posicionar diante das narrativas hegemônicas do novo espaço social e, em parte, debelar a mentalidade colonialista que se encobre com novas narrativas representacionais. Nesse esforço de desmascaramento, esses atores sociais se juntam aos esforços locais de desconstrução das práticas de opressão instaladas, mas tendo que construir uma voz própria a fim de garantir suas chances de participação. Essa mobilização discursiva vai definir o escopo das narrativas identitárias que podem ser tecidas no novo contexto social e o modo como podem articular sua voz.

### **A esfera microssocial: língua e percepção**

A experiência com o passado colonialista e com os deslocamentos migratórios sempre envolve um processo de reformulação da percepção e, com isso, de acesso à realidade. Assim, as comunidades que formam espaços socioculturais nas ex-colônias ou atores sociais que se assentam em novos contextos culturais passam por um processo de transformação dos crivos de apropriação daquilo que uma comunidade considera a real, o que envolve a revisão sobre visões de mundo em torno do lugar de origem e do novo espaço no qual o indivíduo deseja construir sua identidade. Dessa perspectiva, a crise de representação também chegou a esse excerto da produção literária, pois também nesse contexto surge o dilema sobre como apreender essa realidade por meio do código verbal e como apresentá-la de modo a suscitar um processo de desautomatização das percepções engessadas. O que Fiorin (2008, p. 198) constata para o contexto da literatura brasileira também vale para textos que formam outros *corpora*: “Diante de novas exigências socioculturais, a arte moderna cria uma nova discursividade, que destrói as velhas formas de representação. A mesma coisa ocorre na literatura e, mais particularmente, no romance”.

O ponto de partida dessa revisão se encontra, antes de mais nada, no próprio material linguístico. Assim, a pergunta que precede o processo de criação reside na necessidade de encontrar um idioma capaz de conjurar a realidade da experiência pós-colonial ou de fluxo migratório que possa remeter a uma realidade específica ou instaurar uma nova realidade, num ato performático. Em seu artigo sobre a confluência entre língua e cultura, Claire Kramsch (2014, p. 37) escreve:

*In sum, various fields of research related to Applied Linguistics have made it easier in recent decades to conceptualize how culture is encoded in the linguistic sign and its use. Culture is linked to language in three major ways: semiotically, linguistically, discursively. Language does not determine our cognition nor our emotions; torture means torture in any language. But by calling it something*

*else, like “enhanced interrogation technique”, one can change the degree of the cognition and the intensity of the emotion triggered by the words*<sup>3</sup>.

Nessa esteira, Thiong’o (1986, p. 4) já argumentava que a escolha da língua e seu uso têm um impacto substancial para a construção da imagem individual e social, de modo que todo escritor precisa resolver de alguma forma como deseja administrar o processo de representação ou instauração de realidade a partir do texto literário. Por meio da língua, estabelecem-se os conceitos de verdade, do belo, do bom (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2005, p. 7), e através dela se concretizam as narrativas nacional e identitária. Assim, a escolha da língua da comunidade original ou a versão local da língua imperial, que em muitos casos permanece a língua oficial, define em que esfera da realidade o respectivo autor deseja impactar. Essa decisão também indica os vetores da comunidade imaginada que subjaz a seu projeto artístico e das modalidades de legitimação que imperam em sua visão de mundo.

O uso da língua, portanto, indica a concepção de realidade adotada pelo respectivo autor, podendo fazer uso do modelo realista, encenar a crise da representação na tradição modernista, seguir a tradição do dialogismo, inscrever-se nos moldes pós-modernos ou da era dos simulacros. Independentemente do estilo e do conceito de realidade adotados, há com frequência um movimento de resistência discursiva que tenta estabelecer uma voz própria. Essa voz pode imitar a língua imperial no marco da obediência discursiva, desafiar-la por meio da ruptura e do questionamento carnavalizado ou introduzir inovações acompanhadas de novas formas de lidar com língua e realidade. Em todos esses movimentos, surgem modalidades de estabelecer a própria agência.

Essa diversidade da linguagem artística no contexto de sua produção impacta, por sua vez, nos conceitos que a crítica precisa desenvolver, a fim de discutir a complexidade retratada ou encenada nessa produção literária. Também aqui o uso da língua revela conceitos de realidade e de visão de mundo que o crítico traz a lume ao fazer uso de vetores teóricos. Portanto, questionar teorias e instrumentários conceituais hegemônicos utilizados para descrever realidades que não sejam dos centros imperiais representa um ponto de partida para a inovação da língua também na esfera dos estudos literários. A revisão da linguagem conceitual traz consigo a desconstrução das “genealogias eurocênicas” e, com isso, uma revisão das formas

---

<sup>3</sup> “Em suma, diversos campos de pesquisa relacionados à Linguística Aplicada têm facilitado nas últimas décadas conceituar como a cultura é codificada no signo linguístico e seu uso. A cultura está ligada à linguagem de três maneiras centrais: semioticamente, linguisticamente e discursivamente. A linguagem não determina nossa cognição nem nossas emoções; tortura significa tortura em qualquer idioma. Mas, ao chamá-lo de outra coisa, como “técnica de interrogação aprimorada”, pode-se mudar o grau de cognição e a intensidade da emoção desencadeada pelas palavras” (KRAMSCH, 2014, p. 37, tradução nossa).

de administração do conhecimento, como aponta Inocência Mata (2014, p. 29), ao indicar que o objetivo de seu estudo é:

[...] contribuir para o questionamento da lógica da construção de saberes ainda prevalecte na investigação acadêmica, tomando como exemplo a ausência de repertórios culturais e de corpora “exemplares”, em que se fundam teorias, constituídos por textos culturais africanos (da literatura e outros) nessa acumulação de conhecimento que formam as “bibliotecas coloniais”, de que fala Mudimbe, em que as experiências culturais dos subalternos – dos povos colonizados –, as suas construções culturais são relegadas a um secundário lugar rotulado como “saber local”, que a tradição filosófica ocidental não considera relevante.

Esse esforço de voltar o olhar para práticas conceituais desenvolvidas longe dos centros hegemônicos e estabelecer outras formas ou cânones de produção de conhecimento transfere a questão de representação da realidade para o meio científico. A “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2008) e a teorização a partir de outras concepções espaciais (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2006) se inscrevem nessa prática e buscam criar novas modalidades de apreensão e discussão da realidade no meio científico. Nessas diferentes abordagens, o foco parece recair sobre a necessidade de representar ou problematizar a realidade a partir da visão de mundo e das percepções de atores sociais que não pertencem ao grupo hegemônico, utilizando-se de um instrumentário que possa descrever essa realidade vista por olhos que empreendem o esforço de adotar um crivo não pré-definido pela prática discursiva imperial. Embora seja quase impossível se desfazer dessa bagagem linguística e conceitual oriunda de centros hegemônicos, treinar o olhar para enxergar a própria realidade com seu lugar de fala e traduzi-la para uma linguagem conceitual continua sendo indispensável.

Para a literatura pós-colonial, a revisão dos conceitos de realidade e sua transposição para o código verbal implicam um posicionamento cultural. Em muitas situações, o legado colonial continua tendo grande impacto, começando pela presença das línguas imperiais, exigindo um trabalho de reflexão que permita idear novas formas de organizar o conjunto de conhecimentos. Isso vale especialmente para o campo dos estudos literários, onde a classificação, circulação e discussão das literaturas pós-coloniais continuam problemáticas. A nomenclatura utilizada para discuti-las ilustra o dilema. Literaturas pós-coloniais, literatura do terceiro mundo, literaturas em língua X e literaturas africanas são alguns exemplos de insuficiência terminológica, já que tendem a obliterar a complexidade do fenômeno que se esconde por trás desses termos. Nesse sentido, repensar a terminologia continua sendo um desafio nesse campo de estudos.

Isso também vale para as literaturas de fluxos migratórios. Embora muitos atores sociais pertencentes a esse agrupamento tenham sua origem em ex-colônias, uma parte substancial também vem de outros contextos, sem qualquer elo com o passado colonial. A questão terminológica permanece: etiquetas como literatura Chamisso, literatura Beur, *Black British literature*, literatura hispânico-asiático-árabe-americana tendem a domesticar a alteridade e manter estruturas do pensamento estabelecido no centro imperial. Cabe discutir se o termo “literatura transcultural” pode dar conta de descrever a realidade linguística da Kanak Sprak, de Feridun Zaimoglu, das mesclas de inglês e espanhol em Junot Díaz, das incursões do árabe no francês de Faïza Guène, da confluência de árabe, inglês e francês em Abla Farhoud ou a presença da língua somali no texto italiano de Igiaba Scego. Talvez seja uma necessidade teórica, talvez um resquício da prática imperial de imposição da alteridade. De qualquer forma, os conceitos utilizados também impactam nos percursos de percepção do material literário e da realidade a que ele remete.

### **Considerações finais**

As literaturas pós-coloniais e as literaturas de fluxos migratórios têm em comum o ponto de partida situado nas margens. Essa margem não remete somente a um posicionamento geográfico, mas indica sobretudo um lugar na enunciação discursiva e suas chances concretas de participação. Embora seus objetos de estudos sejam diferentes, os dois campos compartilham um conjunto de questionamentos similares que permitem identificar continuidades nos interesses epistêmicos. Assim, a dinâmica de inclusão e exclusão continua tendo grande impacto em todos os âmbitos de seus interesses, definindo diferentes modalidades de construção e participação dos espaços sociais em que esses textos literários circulam. Suas afiliações são diferentes, suas inquietações, em grande parte, muito semelhantes, criando confluências em seus focos de discussão.

Essas confluências se revelam no plano da nação e da disputa do poder, traçando uma cartografia que imagina esse espaço a partir de novas configurações sociais e precisando rever as formas de distribuição de poder. Nesse bojo, o trabalho de imaginação literária desestabiliza práticas homogeneizantes e engessadas, simulando novas formas de pensar a nação. Isso também vale para as narrativas legadas que pré-definem os percursos de concretização existencial e de construção de identidade. Nessa confluência, surgem narrativas identitárias que questionam as práticas interseccionais, instabilizando as dinâmicas estabelecidas e instaurando modos alternativos de pensar o si. Para isso, língua e percepção têm um papel central. A partir da problematização da percepção, surgem outras linguagens e mecanismos de representação da realidade, treinando o olhar a enxergar a complexidade do real

com base nas experiências vividas nas margens e em sua encenação como proposta pelo texto literário.

Contudo, vale ressaltar que as margens em que essas práticas ficcionais estão situadas são diferentes, e são essas diferenças que exigem embasamentos teóricos diversos, aptos a dar conta da complexidade inscrita nesses diferentes textos literários. A exigência de discernimento e diferenciação, no entanto, não impede de dialogar com a herança crítica já estabelecida. Pelo contrário, trata-se de uma necessidade com um alto potencial crítico que permite identificar confluências de interesses, possibilidades de continuação e, por fim, também percursos de inovação que podem ser profícuos para os diferentes campos de pesquisa.

MATHIAS, D. Postcolonial literature and literature of migratory flows: differences, confluences, continuations. **Itinerários**, Araraquara, n. 53, p.17-31, jul./dez. 2021

■ **ABSTRACT:** *Postcolonial literature and literature of migratory flows have in common a position on the margins of hegemonic productions, both in the field of literature and in literary criticism. Although their affiliations and discursive projects are different, they share questions, concerns, and the effort to innovate the narratives that configure the social reality in which they circulate. In this sense, this article seeks to reflect on differences, confluences, and continuations in the construction of narratives representing these two literary contexts, focusing on social dynamics around (1) nation and power; (2) identity and intersections, and (3) language and perception. To this end, it discusses contributions from postcolonial and decolonial theorists.*

■ **KEYWORDS:** *Postcolonial literature. Literature of migratory flows. Confluences.*

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Be. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **The Empire writes back**. Theory and practice in post-colonial literatures. London: Routledge, 2005.

BONNICI, T. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

COSTA, S. Desprovincializando a Sociologia. A contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

- FIORIN, J. L. A crise da representação e o contrato de veridicção no romance. **Revista do Gel**, v. 5, n. 1, p. 197-218, 2008.
- HALL, S. The West and the Rest: discourse and power. In: HALL, S.; GIEBEN, B. (eds.). **The formations of Modernity. Understanding modern societies an introduction**. Cambridge: Polity Press, 1993. p. 275-331.
- KRAMSCH, C. Language and culture. **AILA Review**, v. 27, p. 30–55, 2014.
- LEHNEN, L. Apresentação: narrativas fora do lugar. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 45, p. 13-20, 2015.
- LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MATA, I. Estudos pós-coloniais. Desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas**, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2014.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, W. D.; TLOSTANOVA, M. V. Theorizing from the Borders Shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 205–221, 2006.
- MIRANDA, W. M. Nações literárias. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 2, n. 2, p. 31-38, 1994.
- NEVES, R. C. Os Estudos Pós-Coloniais: um Paradigma de Globalização. **Babilônia**. Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução, n. 6/7, p. 231-239, 2009.
- QUIJANO, A. Colonialidad, modernidad/raacialidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- RAYNOR, C. Linguagem, espaço e nação: um mapeamento das identidades multigeográficas do protagonista migrante. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 45, p. 159-182, 2015.
- SAID, E. **Orientalism**. Nova York: Vintage, 1978.
- SEYFERTH, G. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, v. 18, n. 1, p. 175-203, 1994.
- SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (orgs.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. London: Macmillan, 1988. p. 271-313.

THIONG'O, N. wa. **Decolonising the mind:** the politics of language in African literature. London: J. Currey, 1986.

